

ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
LEOPOLDO/RS

CONTRARRAZÕES AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018

EMPRESA ANACLAU SERVIÇOS DE COSERVAÇÃO
EIRELI EPP já qualificada nos autos do presente procedimento administrativo
vem, por intermédio de seu representante legal abaixo firmado apresentar de
forma discriminada **CONTRARRAZÕES AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**
interpostos pelas empresas, **Francine Figueiras do Nascimento EIRELI EPP** e
Orbenk Administração e Serviços Ltda conforme segue:

Em síntese as Licitantes recorrentes recorrem da decisão
que declara a recorrida vencedora do certame licitatório em tela ao fundamento
de que a Proposta vencedora possui os seguintes vícios:

- **Recorrente Franciane**, aduz que no objeto social da
recorrida não consta a atividade de copeiragem e que os valores em rubricas
especificas da planilha de custos são irrisórios. Ao final requer que a empresa
“**CAROLDO**” seja declarada vencedora;

- **Recorrente Orbenk**, tenta sustentar que não foram
cotados os EPI'S, inserção irregular de custo com reserva técnica na mão de
obra e treinamento no modulo de insumos.

As alegações de Recurso não procedem, senão vejamos:

I – Objeto Social Serviços de Copeiragem



Preliminarmente não pode a empresa recorrente sustentar que a recorrida deva ser inabilitada por não possuir objeto social de copeiragem. Isso não prospera pelo simples fato de que o edital não traz essa vedação.

Assim, incabível a recorrente atacar nossa habilitação, até porque, nem foi requerido nesse processo licitatório Atestado de Capacidade Técnica de Copeira, o qual foi juntado pela recorrida nos documentos de habilitação, demonstrando assim a nossa capacitação para execução dos serviços.

Em relação ao objeto social, as alegações da parte adversa FRANCIANE, não são procedentes, conforme disposto em nosso CNAE do CNPJ:

96.09-2-99 - Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente

Em síntese, o que deve ser considerado é se o licitante demonstra capacidade para executar o contrato, esse não deve ser alijado do certame na medida em que no seu Contrato Social ou CNPJ esteja especificado que ele execute atividades mais amplas e compatíveis com a da licitação. Lembrando que compatível não é igual.

Até porque o objetivo da fixação de objeto social é para fiscalização da atividade. Não há na personalidade jurídica das pessoas jurídicas o "princípio da especialidade". A descrição da atividade no contrato social não amarra a prática dos atos pelas pessoas jurídicas.

Outra situação é quando há regras específicas para determinada atividade, categoria profissional. Por exemplo, os serviços de

advocacia que exige o arquivamento dos atos constitutivos na OAB (Lei Federal 8.906/94 - Estatuto da Advocacia e OAB), caso contrário, não poderão participar das licitações públicas. Porém, trata-se de uma vedação da atividade, que no caso necessita de uma "autorização" para exercê-la.

Acerca do assunto, o jurista Marçal Justen Filho leciona:

"Portanto, o problema do objeto social compatível com a natureza da atividade prevista no contrato se relaciona com qualificação técnica. Se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, a ausência de previsão dessa mesma atividade em seu objeto social não poderia ser empecilho a sua habilitação. Impedimento existiria apenas quando uma lei específica exigisse que o desempenho de atividade determinada fosse privativo de alguma categoria de sociedade." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª ed., Dialética, São Paulo, 2010, p. 411)

Nossa jurisprudência:

Ementa: REEXAME NECESSARIO. MANDADO DE SEGURANCA. LICITACAO. QUALIFICACAO TECNICA. A INABILITACAO TECNICA DE EMPRESA POR FALTA DE QUALIFICACAO TECNICA E RESTRITA AS HIPOTHESES DO ARTIGO 30 DA LEI N 8666/93. O SIMPLES FATO DE O OBJETO SOCIAL DA EMPRESA NAO COINCIDIR PRECISAMENTE COM O OBJETO CENTRAL DA LICITACAO NAO E MOTIVO SUFICIENTE PARA SUA INABILITACAO. SENTENCA CONCESSIVA DA

SEGURANCA MANTIDA EM REEXAME
NECESSARIO. (Reexame Necessário Nº 599042074,
Primeira Câmara de Férias Cível, Tribunal de Justiça do
RS, Relator: Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, Julgado
em 08/06/1999) Assunto: CONCORRENCIA PUBLICA.
Data de Julgamento: 08/06/1999

O fato é que o julgamento de licitação deve seguir princípios
de não restrição à competição, o que pretende a recorrente seja aqui considerado.

II – Valores Irrisórios Apostos na Planilha de Custos

Mais uma vez ressalta que a Autoridade administrativa ao
aceitar a proposta e habilitar a ora recorrida. Já avaliou a regularidade de todo o
processo não havendo razão para modificar seu entendimento

Não existe possibilidade legal de se considerar uma oferta
inexequível pelo apontamento de um valor unitário que seja.

Por outro lado, não cabe questionamento a valores
unitários de uma planilha, até porque não são considerados valores unitários
no presente certame para efeito de desclassificação, sendo apenas parâmetros
para a composição do VALOR GLOBAL.

Ademais, o valor global apresentado está dentro do
aceitável para a execução do serviço, cumprindo às planilhas fornecidas pela
Câmara Municipal de São Leopoldo, no Anexo VIII do edital.

Sobre o argumentado pela parte adversária, vale dizer
que a exequibilidade da proposta não é verificada de maneira subjetiva em
itens isolados. Pelo contrário, é um parâmetro objetivo, sendo que a recorrida
utilizou o modelo da planilha do edital disponibilizadas aos licitantes antes da

abertura do certame e assim foi verificado pelo pregoeiro a respectiva aceitabilidade, não havendo que se falar em inexecutabilidade.

A recorrida apresentou todos os valores cotados em planilha, e cabe a ela definir o valor a ser cotado e que, portanto, foi examinada por Vossa Senhoria, conforme previsto no edital:

6.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

Sendo assim a Autoridade administrativa ao habilitar a ora recorrida já avaliou a cotação e planilha apresentada, não havendo razão para modificar seu entendimento.

Logo, proposta apresentada com preços compatíveis e que se mostrem exequíveis serão tidas como aceitáveis e, portanto, classificadas, e é justamente o caso da recorrida, pois se a autoridade/pregoeiro tivesse identificado que a cotação estava em contradição com a previsão do edital jamais teria aceitado a proposta.

Com base no acima exposto, a planilha proposta apresentada pela empresa recorrida observou o artigo 29-A também da mesma IN:

Art. 29-A. A análise da exequibilidade de preços nos serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra do prestador deverá ser realizada com o auxílio da planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida

pelo licitante em relação à sua proposta final de preço. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§ 1º O modelo de Planilha de custos e formação de preços previsto no anexo III desta Instrução Normativa deverá ser adaptado às especificidades do serviço e às necessidades do órgão ou entidade contratante, de modo a permitir a identificação de todos os custos envolvidos na execução do serviço. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§ 2º Erros no preenchimento da Planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§ 3º É vedado ao órgão ou entidade contratante fazer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

Nesse aspecto, a decisão de Vossa Senhoria assenta-se em consonância com o interesse público, bem como resta tutelada pelo disposto da Lei de Licitações, conforme segue:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em

estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Ademais embora a recorrente alegue que a proposta apresentada está inexequível não há qualquer previsão de limitador a ser atendido pelas licitantes conforme Edital, por esta razão não pode prosperar, sequer pelo fato de não haver previsão ou mesmo pelo fato de a proposta ser totalmente exequível.

Há que se ter em mente que as propostas apresentadas são de responsabilidade única e exclusivamente da recorrida, sendo responsabilidade da empresa cumprir o proposto, executando o serviço de maneira satisfatória sob pena de ser punida nos termos do contrato a ser firmado.

III – Cotação dos EPI'S, Inserção Irregular de Custo com Reserva Técnica e Treinamento no Modulo de Insumos.

Em primeiro lugar, cumpre salientar que diferentemente como alegado pela recorrente Orbenk está previsto a cotação dos EPI'S na rubrica Uniformes do Montante B da planilha de custos.

O alijamento do licitante devido à falta da palavra EPI'S na proposta é puro excesso de rigorismo e formalismo. Segue abaixo outras decisões para contribuir em nossa contra razão:

Posição do TCU a respeito do formalismo exagerado, na Decisão nº 695/1999 - TCU – Plenário, in verbis:

"13. O formalismo exagerado da Comissão de Licitação configura uma violação a princípio básico das licitações, que se destinam a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração. Atos dessa natureza ensejam, inclusive, a aplicação de multa aos responsáveis pelo ato, conforme dispõe o art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/92."

"19. O apego a formalismos exagerados e injustificados é uma manifestação perniciosa da burocracia que, além de não resolver apropriadamente problemas cotidianos, ainda causa dano ao Erário, sob o manto da legalidade estrita. Esquece-se o interesse público e passa-se a conferir os pontos e vírgulas como se isso fosse o mais importante a fazer."

Acórdão 366/2007 - Rel. Min. Augusto Nardes, D.O.U. 16/03/2007:

De fato, foram identificados apenas erros de ordem formal, sem maiores consequências para o objetivo do certame e para a Administração. Nesse sentir, entendo que desclassificar licitantes por conta de erro material na apresentação da proposta e da documentação exigida constituiria excesso de rigor, além de ferir os princípios da competitividade, proporcionalidade e razoabilidade. De modo contrário, estaria a Comissão de Licitação alijando de participar do certame empresa que poderia ofertar a proposta mais vantajosa.

O formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes. (STJ. MS nº 5.418/DF. 1ª Seção. Rel. Min. Demócrito Reinaldo DJU 01 jun. 1998. p. 24). (Grifei e negritei)

Alega a recorrente ilegalidade na previsão de custos com reserva técnica na mão de obra e treinamento no modulo de insumos.

Trata-se, portanto, de mais um argumento protelatório, porque a recorrente sabe da regularidade na proposta da recorrida, ainda sim e por apreço a debate, a licitante ANACLAU se obriga no dever de corroborar e auxiliar com o julgamento técnico que conclui pelo irrepreensível posicionamento de aceitar a proposta de preços e habilitar à recorrida senão vejamos:

Para que a recorrente compreenda e a todos os demais participantes que a base para elaboração da proposta e o Edital.

No caso dos autos, vê-se claramente inclusive quanto ao preenchimento das planilhas os itens correspondem ao publicado pela Administração.

De resto, cumpre salientar que qualquer impugnação ou questionamento a luz do edital há de ser peticionado antes da abertura das propostas. A recorrente participando do processo sem qualquer objeção estabelecida obriga em aceitar os ditames estabelecidos, que são iguais para todos. Desta forma, não pode nessa fase reclamar de composição de custos que entende estar desalinhado no instrumento processual com o qual aceitou, sob alegação de algum possível descumprimento regulamentar que não se encontra presente.

Compreendido qual seria o estágio de impugnação do edital, e caso o concorrente pudesse opor-se contra suas previsões, em fases posteriores por entender que o manifestado não estaria contendo seus interesses, teríamos um processo eternamente debatido, gerando imprevisibilidade jurídica e deste modo a administração pública não saberia quando poderia contratar o particular.

Sendo assim, a bem da verdade é que as alegações de Recurso são meramente apelativas e objetivam unicamente procrastinar o curso do processo de licitação, especialmente porque, no caso concreto, os Princípios da Vinculação e do julgamento objetivo foram estritamente observados pelas Autoridades que conduzem esse procedimento.

Logo, não merece prosperar os recursos das empresas FRANCIANE e ORBENK, porquanto absolutamente carente de argumentos idôneos.

Diante do exposto requer o não acolhimento das razões de recurso das empresas recorrentes, e seja mantida a classificação e habilitação da recorrida.

P. Deferimento.

São Leopoldo/RS, 23 de novembro de 2018

ANACLAU SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO EIRELI EPP


Franciele Fernandes da Silva

Procuradora

02.880.960/0001-19

**ANACLAU SERVIÇOS
DE CONSERVAÇÃO EIRELI**

Rua Portugal, 1025
São João - CEP 90520-310
PORTO ALEGRE - RS

Rua: Portugal nº 1025, Bairro Floresta – Porto Alegre – RS., CEP nº 90520-310.

Fone: (51) 3019.0082 - e-mail comercial@anaclau.com.br